

O BANCÁRIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 8175 | Salvador, quarta-feira, 09.06.2021

Presidente Augusto Vasconcelos

FOTOS - JOÃO UBALDO



IPO do banco digital enfraquece a Caixa

Página 2

Tributar os bancos para reduzir as desigualdades

Página 4



Sindicato não vai descansar até que os trabalhadores das agências sejam incluídos no grupo prioritário da vacinação. Exclusão é uma incoerência



VACINAÇÃO

Luta intensa pela vacina

Mesmo com o agendamento da audiência com o governo federal, na terça-feira, para tratar sobre a vacinação dos trabalhadores

das agências contra a Covid-19, o Sindicato segue com a luta intensa para garantir a imunização da categoria. Ontem, os diretores realizaram

manifestação no Bradesco, ao lado da Prefeitura Municipal de Salvador, para chamar atenção da sociedade sobre o pleito.

Página 3

Caixa enfraquecida

Venda do banco digital vai acabar com o papel social

ANGÉLICA ALVES
imprensa@bancariosbahia.org.br

O GOVERNO Bolsonaro e a direção da Caixa querem acabar com o banco dos brasileiros de qualquer jeito. O IPO do banco digital, com base no aplicativo Caixa Tem, esvazia a função pública e social da empresa.

A futura subsidiária depende da autoriza-

ção do Banco Central para sair do papel, mas já entrou para a lista prioritária do governo para ter o capital aberto. A expectativa é privatizar entre o fim deste ano e início de 2022.

A venda do banco digital é um verdadeiro perigo, já que funções essenciais da empresa-mãe serão transferidas para a nova subsidiária, como os programas sociais, FGTS, microcrédito, habitação, produtos e serviços comerciais.

Em meio à pandemia, os empregados do banco se empenharam e inovaram ao criar a plataforma com base no aplicativo Caixa Tem. Portanto, esse salto tecnológico deveria ser utilizado para fortalecer a estatal, melhorar a segurança das operações e impulsionar o papel social.

FOTO DA INTERNET



A Caixa é o banco dos brasileiros, sobretudo os mais pobres. Precisa permanecer 100% pública



TEMAS & DEBATES

Ministério da Doença

Álvaro Gomes*

A CPI da covid-19 tem como uma das linhas de investigação a atuação de um grupo que tem aconselhado o presidente Bolsonaro no enfrentamento à pandemia. Com isso observa-se uma atuação paralela ao Ministério da Saúde. Alguns chamam de ministério paralelo, outros de gabinete das sombras, o relator da CPI senador Renan Calheiros denominou de “Ministerio da Doença”.

Conforme vídeo divulgado pelo portal Metrôpoles, uma das reuniões ocorreu dia 08 de setembro de 2020 com o presidente Bolsonaro, Osmar Torres, Fabio Wajngarten, Nise Yamaguchi, entre outros participantes. No evento posicionamentos antivacina, e reafirmação do uso da hidroxicloroquina.

Quando foi realizada esta reunião o Brasil já contava com 127.517 mortes. Daí pode-se observar o comportamento do presidente da República que se recusou a comprar vacinas, que só da coronovac estaria à disposição do país 60 milhões de doses ainda em dezembro de 2020. A resistência em imunizar a população é uma estratégia defendida pelos conselheiros e pelo presidente do que eles chamam de “imunidade de rebanho” através da contaminação da população sem o uso de vacinas.

Acontece que a chamada imunidade coletiva só é possível através de vacinas, um exemplo que podemos citar é o de Manaus, onde alguns consideravam que lá já havia a “imunidade de rebanho” e o que se observou foi o agravamento da situação inclusive com mortes por falta de leitos e de oxigênio. Com relação à hidroxicloroquina, já ha um consenso entre os cientistas que além do medicamento não ter nenhum benefício, pode ter consequências graves para as pessoas acometidas da covid-19.

Diante das orientações do Ministério da Doença observamos o presidente da República até hoje defendendo a hidroxicloroquina, dificultando a vacinação, e promovendo aglomerações. Desde o início da pandemia segundo o levantamento de o Globo baseado nos álbuns de fotografias oficiais do Palácio do Planalto, o presidente já fez 84 aglomerações. Assim continua a política do governo federal de propagação do vírus e a CPI da Covid-19 haverá de barrar esta ofensiva de alta letalidade que já custou a vida de 473.495 pessoas.

*Álvaro Gomes é diretor do Sindicato dos Bancários da Bahia e presidente do IAPAZ
Texto com, no máximo, 1.900 caracteres

Diretoria da Asdeb é reeleita para o mandato 2021-2023

A CHAPA única *Novos Tempos, Novos Desafios* foi reeleita no processo eleitoral da Asdeb (Associação dos Empregados da Desenharia), com 64% dos votos dos associados. O mandato é de dois anos, de 2021 a 2023.

Pela primeira vez, em decorrência da pandemia de Covid-19, a votação ocorreu de forma virtual, na segunda-feira. O presidente da Asdeb, Sérgio Fernandes, foi reeleito.

A Chapa é composta pelos seguintes candidatos/cargos: Alcyr Patricio de

Souza (vice-presidência), Cazildete Barbosa Goes Nascimento (Diretoria Financeira), Cosmeval Silva (Diretoria Social, Esporte e Lazer), Moisés Marcos Barbosa de Matos (Diretoria de Comunicação), Edmundo Ferreira da Silva Filho (Diretoria Adjunta), Jadyson de Jesus da Silva (Diretoria Adjunta), Jowâner de Oliveira Araújo (Conselho Fiscal), José Francisco de Jesus Santos, Chicão (Conselho Fiscal) e George Heuryson Silva Duarte (Conselho Fiscal).



Sindicato se reúne com aposentados do Baneb para tratar do Planserv

Na pauta, inclusão no Planserv

O SINDICATO dos Bancários da Bahia se reuniu, ontem, com a Comissão dos Aposentados do Baneb, para tratar da inclusão dos trabalhadores no Planserv, plano de saúde voltado aos funcionários públicos do Estado. Durante muitos anos, os ex-empregados do banco trabalharam em uma sociedade de economia mista, sendo justa a reivindicação.

O presidente do Sindicato, Augusto Vasconcelos, acolheu a demanda e o documento entregue assinado por 59 aposentados do banco, assumindo o compromisso de lutar pela cau-

sa. “Ainda hoje entrei em contato com o Secretário de Administração, Edelvino Góes, solicitando uma reunião, que já se comprometeu a fazer uma avaliação junto à equipe do Planserv para analisar os aspectos jurídicos do pleito”.

Recentemente, graças aos esforços do Sindicato, foi conquistada a inclusão dos funcionários da Desenbahia no Planserv. Apesar de serem situações diferentes por questões jurídicas, há esperanças de que os aposentados do Baneb também sejam incluídos no plano.

Ameaça de greve arranca audiência

DEPOIS de intensa mobilização dos bancários da Bahia e Sergipe, que, inclusive, aprovaram uma paralisação de 24 horas, o governo federal marcou uma audiência com os sindicatos de todo o país, para tratar sobre vacinação. A reunião está agendada para terça-feira, na Secretaria Especial de Previdência do Trabalho. A Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) e a Febraban (Federação Brasileira dos Bancos) também participam.

Com o canal de comunicação aberto, a categoria achou prudente suspender a greve de 24 horas, que aconteceria ontem. O entendimento da maioria é de que a mobilização, embora muito importante, poderia causar um desgaste da categoria com o governo, o que não seria bom agora.

Os trabalhadores devem

manter a mobilização e aguardar o resultado da reunião. A expectativa é de que o erro seja corrigido e os bancários finalmente incluídos no PNI (Plano Nacional de Imunização).

A mobilização continua forte

Protesto no Bradesco cobra a imunização dos trabalhadores

ROSE LIMA
imprensa@bancariosbahia.org.br

O SINDICATO dos Bancários da Bahia e a Federação da Bahia e Sergipe não param. Mesmo depois de garantirem audiência com o governo federal, marcada para terça-feira, para tratar sobre a vacinação dos trabalhadores das agências contra a Covid-19, os diretores seguem mobilizados pela inclusão no grupo prioritário de imunização.

Na manhã de ontem, realizaram manifestação no Bradesco, ao lado da Prefeitura Municipal de Salvador. O objetivo foi chamar a atenção da sociedade e do poder público para a alta exposição dos bancários à Covid-19 e a necessidade de imunizar todos os trabalhadores que estão na linha de frente.

Embora o governo do Estado e a Prefeitura argumentem que só podem vacinar as categorias incluídas no PNI (Plano Nacional de Imunização), o fato é que, na Bahia, outras categorias

estão sendo imunizadas. A decisão da CIB (Comissão Intergestores Bipartite) é acertada, mas é preciso reconhecer que os bancários também estão na linha de frente e as agências são vetores de contaminação.

Importante destacar ainda que, se Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) e Febraban (Federação Brasileira dos Bancos) realmente quisessem, a categoria, que trabalha há 15 meses sem parar, já poderia estar vacinada há muito tempo, afinal é o sistema financeiro que sustenta o governo Bolsonaro.

Enquanto bancos e governo negligenciam, o número de trabalhadores contaminados cresce. Pesquisa do Sindicato revela que 28,5% dos bancários testaram positivo para a Covid-19 na Bahia.

Um outro dado do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) mostra que os bancos realizaram 55 desligamentos por motivo de morte nos três primeiros meses de 2020. No mesmo período de 2021, o número pulou para 152. Crescimento de 276,4%. O agravamento da pandemia ajuda a explicar o salto tão expressivo.



Sindicato e bancários realizam manifestação no Bradesco, ao lado da Prefeitura de Salvador. Vacinação já

Bancos podem e devem pagar mais impostos

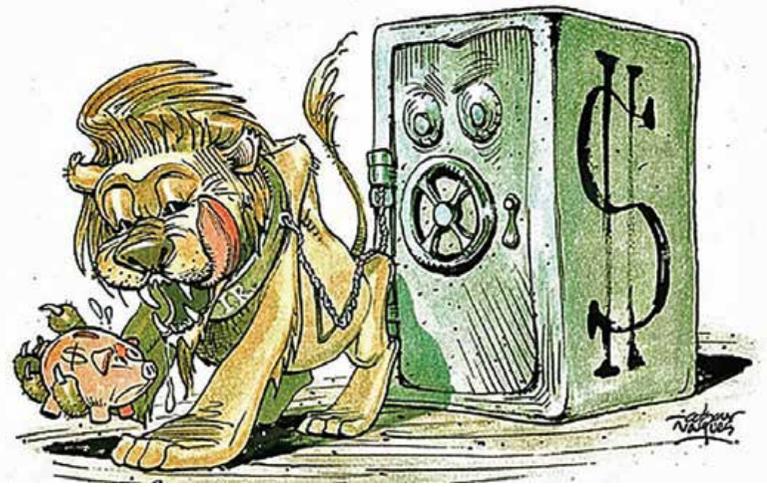
Tributar o sistema financeiro a fim de investir no social

REDAÇÃO
imprensa@bancariosbahia.org.br

O SISTEMA financeiro, disparadamente o mais lucrativo do Brasil, está devendo à sociedade. Por isso, a *Campanha Tributar os Super Ricos* propõe aumentar a CSLL paga pelos bancos. Para se ter ideia, com a elevação da

alíquota dos bancos e do setor extrativo mineral, que aumentaram os lucros mesmo em tempos de crise, a arrecadação teria alta de cerca de R\$ 40 bilhões.

O recurso ajudaria a melhorar a vida de milhões de brasileiros. Vale destacar que os banqueiros recebem milhões em dividendos sem pagar nenhum imposto. Mas, o trabalhador recebe o salário já com desconto retido na fonte. Mudar isso é possível. A grande reforma tributária brasileira depende ape-



nas de leis ordinárias, não de emenda constitucional.

Mas não adianta arrecadar mais e não poder investir em setores essenciais, como saúde e educação, devido ao “teto dos gastos” que congela a injeção de recursos públicos. A população está cada vez mais ciente. Uma pesquisa da Oxfam Brasil/Datafolha revelou que 84% dos brasileiros apoiam que os ricos devem pagar mais impostos.

O levantamento também mostrou que 86% dos brasileiros afirmam que o gover-

no tem a obrigação de reduzir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres, além de diminuir as desigualdades regionais no país. Outro fato importante analisado sobre desigualdade salarial entre homens e mulheres, e brancos e negros, é que 76% consideram que a cor da pele influencia na hora da contratação, 58% afirmaram que os negros ganham menos por serem negros e 67% das pessoas ouvidas dizem que o fato de ser mulher impacta negativamente.

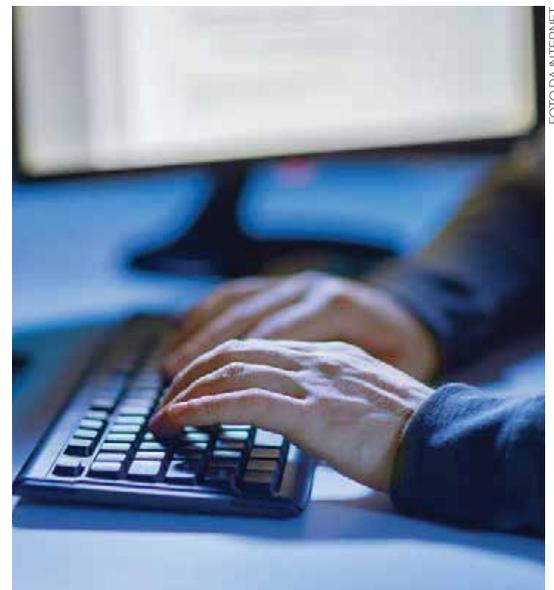
Crimes virtuais crescem 150% na Bahia

A POPULAÇÃO deve ter cuidado e ficar alerta com os crimes virtuais. Na Bahia, os delitos cresceram 149% somente no mês de abril deste ano. A alta é em comparação com o mesmo período de 2020, quando 65 registros foram feitos, segundo aponta o Cartório de Notas do Estado.

Em números, neste ano foram registrados 162 casos de crimes virtuais. Vale lembrar que a Lei do *Stalking* entrou em vigor em março e estabelece como crime a ação de perseguição e ameaça à integridade física ou psicológica de uma pessoa, restringindo a capacidade de locomoção ou invadindo e perturbando a liberdade ou pri-

vacidade, de qualquer forma.

Entre os meios usados neste tipo de crime está o vazamento de fotos e vídeos íntimos, perfis falsos nas redes sociais, injúrias, difamações e *cyberbullying*. O registro pode ser feito presencialmente, no Cartório de Notas ou pela plataforma *e-Notariado*.



Os golpes na *internet* devem ser denunciados

SAQUE

Rogaciano Medeiros

É VERGONHOSO Em um momento quando a democracia brasileira luta desesperadamente para sobreviver, diante dos ataques constantes do neofascismo bolsonarista, a atitude do procurador geral da República, Augusto Aras, de querer arquivar o inquérito dos atos antidemocráticos, reafirma a partidização vergonhosa no sistema de justiça. Também revela de que lado o PGR está.

AO ARREPIO E ainda há quem duvide que o Brasil vive em regime de exceção. O Exército quebra a hierarquia para servir ao presidente, o PGR Augusto Aras quer arquivar o inquérito dos atos antidemocráticos, enquanto na Câmara Federal Arthur Lira (PP-AL) segura os pedidos de *impeachment*, apesar dos crimes cometidos por Bolsonaro. Tudo ao arrepio da lei. Democracia precarizada.

MAIS PROVÁVEL Ao comentar a notícia de que nos estados o PT vai priorizar os palanques de candidatos a governador competitivos, a fim de potencializar a candidatura de Lula, a presidenta Gleisi Hoffmann se limitou a dizer que debate sobre estratégias eleitorais só no segundo semestre. Mas, a tendência é essa mesma. Concentração de forças para derrotar o neofascismo bolsonarista.

SÃO DECISIVOS Independentemente da terceira via, cada vez mais improvável, o PT e Lula terão papel preponderante nas eleições do próximo ano, principalmente no segundo turno. Por isso mesmo precisam de muita sabedoria e habilidade para agregar e potencializar os diversos setores da sociedade que cansaram da estupidez negacionista e agora se posicionam pelo Fora Bolsonaro.

OUTRO LADO Sempre bom conhecer versões diferentes. Ao contrário da maioria dos analistas, que vê Bolsonaro minguando e não considera o perigo de um golpe, o cientista social Marcos Nobre, professor da Unicamp, diz que o presidente vai crescer nas pesquisas e que as instituições correm risco, sim. Certo mesmo é que a eleição de 2022 será uma das mais violentas da história.